

Tópico

Edivalda Araújo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ARAÚJO, E. Tópico. In LOBO, T., and OLIVEIRA, K., orgs. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 50-69. ISBN 978-85-2320-888-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

TÓPICO

Edivalda ARAÚJO¹
(UFBA)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as construções de tópico realizadas nas atas escritas, no século XIX, em português, por africanos, tendo como base o *corpus* editado por Oliveira (2006), da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Procuramos demonstrar que as construções de tópico presentes nas atas são provavelmente derivadas de uma aprendizagem tosca e irregular da língua portuguesa. Tal pressuposto se justifica a partir dos dados que evidenciaram construções de tópico diferenciadas das previstas para o português, como, por exemplo, a realização de verbo sem um dos argumentos expressos, cuja identificação da referência se apóia exclusivamente no contexto do qual faziam parte, revelando daí construções de tópico nulo, nos termos de Huang (1984) e Hyams (1992). Vale salientar, entretanto, que o fato de julgarmos que houve uma aprendizagem “tosca” da língua portuguesa não implica acreditar na falta de domínio ou de conhecimento lingüístico elaborado, incluindo-se aí, possivelmente, as estratégias da língua escrita em suas línguas de origem, como mostra o trabalho de Oliveira (2006). O texto está organizado em cinco seções, além da introdução e das considerações finais: na 1, discutimos a questão do tópico e do tópico nulo; na 2, apresentamos uma análise das características do português em solo brasileiro no século XIX; na 3, ao lado de construções típicas de realização de argumentos do português da época, analisamos as construções que apresentam o tópico nulo; a seguir, na 4, comprovamos, com dados das atas, a análise dos argumentos como tópico nulo; na 5, trazemos outros fatos que, de certa forma, reforçam a nossa proposta de análise, como as construções de tópico na sintaxe visível, a assimetria na ocorrência dos argumentos nulos e a comparação com estruturas de textos semelhantes da mesma época.

¹ Agradeço Charlotte Galves (UNICAMP) e Ilza Ribeiro (UFBA) pelos comentários e sugestões. Problemas, se persistirem, são de minha responsabilidade.

1. A QUESTÃO DO TÓPICO

O tópico é um elemento que faz parte da interface sintaxe e discurso, obedecendo à distribuição da informação na oração, ou melhor, à estrutura da informação. Para satisfazer aos requisitos dessa estrutura, os elementos são distribuídos na oração de modo a refletir ou o conhecimento comum entre os interlocutores - informação pressuposta (o tópico) - ou o conhecimento só do falante/escritor acerca de algum fato ou evento - informação asserida² (o foco).

Em função de ser um elemento da interface, o tópico é analisado sob duas perspectivas: sintaticamente, o tópico pode se realizar como um DP³ lexical ou pronominal, geralmente deslocado à esquerda em uma oração, em torno do qual será construído um predicado ou comentário; discursivamente, entretanto, o tópico não é visto apenas como um constituinte deslocado na oração, mas como um princípio de direcionamento do discurso, sinalizando que o falante/escritor pressupõe ser a informação desse constituinte inicial conhecida pelo ouvinte/leitor. Ou seja, o falante/escritor presume que a informação escolhida para ser o tópico já está disponível na mente do ouvinte/leitor no momento da produção lingüística.

Realizado fonologicamente em uma sentença, o tópico apresenta as seguintes características:

- i) é definido, porque é sobre algum referente;
- ii) é referencial, uma vez que o seu referente deve ser identificável pelo falante/escritor e pelo ouvinte/leitor no processo de interação comunicativa;
- iii) é identificável, ou seja, acessível no discurso, marcado com os traços de definitude e de especificidade.

Para van Dijk e Kintsch (1983), as construções de tópico estão relacionadas às estratégias de construção sintática, em combinação com as estratégias discursivas,

² Cf. Lambrecht (1996)

³ O DP é a base, podendo ser encabeçado por preposição.

com a função de indicar sobre o que é a oração ou o texto. Mas ressaltam os autores que a noção de tópico só pode ser propriamente definida em termos das relações entre uma sentença e o contexto. Além disso, para eles, a menção prévia explícita de algum conteúdo não é necessária para que o tópico possa ser considerado como referencial, uma vez que os interlocutores podem gerar inferências a partir do conhecimento partilhado entre si, para fazerem a conexão do tópico com o conteúdo implícito, como ocorre nas construções de tópico nulo, em que, como veremos, a referência ao conteúdo só pode ser feita dentro de um contexto. A possibilidade de não realização fonética do tópico, ou do tópico nulo, contudo, está condicionada à configuração sintática da língua. Ou seja, as línguas, apesar de permitirem construções de tópico, vão diferir em relação à possibilidade de ocorrência ou não do tópico preenchido ou nulo.

1.1. O TÓPICO NULO

Existem línguas de sujeito nulo e línguas de tópico nulo. A escolha entre uma opção e outra está relacionada aos parâmetros definidos pela língua. A depender dessa escolha, existem três tipos de língua, como o mostra Huang (1984), baseado na classificação proposta por Ross (1982):

- i) “quentes”: aquelas que não permitem a omissão de pronomes de suas sentenças e as informações necessárias para o entendimento da sentença são obtidas na própria sentença, sendo este, por exemplo, o caso do inglês;
- ii) “frias”: permitem a omissão dos pronomes, tanto na posição de sujeito, quanto na de objeto, porque parte do entendimento de suas sentenças depende de informações partilhadas entre o ouvinte e o falante e também de dados do contexto; é o caso do chinês;
- iii) “médias”: permitem a omissão dos pronomes na posição de sujeito de uma oração finita, mas não na posição de objeto ou de não-sujeito; são assim, por exemplo, o italiano e o espanhol.

A partir da análise das categorias vazias do chinês, Huang (1984) chega à conclusão de que o que diferencia as línguas “frias”, como o chinês, das línguas “quentes”, como o inglês, é a possibilidade de aquelas permitirem um tópico zero ligando uma variável (ou a categoria vazia na posição do objeto), o que não acontece com as línguas “quentes”. Indo mais além, o autor estabelece uma relação entre os tipos de língua e as ocorrências de categorias vazias, mostrando que existem dois parâmetros que vão definir quatro tipos diferentes de língua: o *parâmetro do tópico zero*, que distingue línguas de tópico zero de línguas de tópico não-zero; e o *parâmetro do sujeito nulo*, que distingue línguas que permitem sujeito nulo de línguas que não o permitem. Esses dois parâmetros vão derivar os seguintes tipos de línguas:

- (i) Línguas que não apresentam nem tópico zero nem sujeito nulo, como o inglês e o francês;
- (ii) Línguas com sujeito nulo, mas que não permitem o tópico zero, como o italiano e o espanhol;
- (iii) Línguas que apresentam tanto o tópico zero quanto o sujeito nulo, como o japonês, o chinês e o português brasileiro;
- (iv) Línguas que permitem o tópico zero, mas não apresentam sujeito nulo, como o alemão.

Na verdade, o cerne da discussão está na definição do que seja um tópico nulo. A partir de exemplos do chinês, Huang (1984) apresenta a definição desse tipo de tópico e a sua ocorrência:

1. *neige ren; Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e⁴].*
 that man Zhangsan say Lisi not know
 ‘That man_i, Zhangsan said Lisi didn’t know e_i⁵. (HUANG, 1984, p. 542)

⁴ O *e* representa *empty* = vazio.

⁵ Tradução: Aquele homem_i, Zhangsan disse que Lisi não conhecia e_i

Em (1), o objeto encaixado - *neige ren* - foi topicalizado na posição inicial da sentença. Pode-se dizer, então, que todas as informações estão presentes na sentença, inclusive o tópico, diferentemente do que ocorre abaixo

2. [Top e_i], *Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i]*.
Zhangsan say Lisi not know
‘*[Him_i], Zhangsan said Lisi didn’t know e_i ’. (HUANG, 1984, p. 542)

em que, de acordo com a análise apresentada pelo autor, não há lacuna do objeto, mas do tópico. Para ele, primeiro ocorre a topicalização do objeto, como em (1), e, depois, o elemento na posição de tópico é apagado, derivando, conseqüentemente, o tópico nulo. Ou seja, o que está ausente na realização da frase em (2) não é o objeto, mas o tópico, que pode ser recuperado a partir de informações do contexto.

O tópico nulo também pode acontecer em cadeia, como ocorre em:

3. (As for) China, (its) land area is very large. (Its) population is very big. (Its) land is very fertile. (Its) climate is also very good. We all like (it). (HUANG, 1984, p.549)

O primeiro tópico - *China* - é realizado na primeira frase, mas, nas subseqüentes, os elementos que estão entre parênteses representam a ausência de realização e sinalizam o lugar de apagamento do tópico. Ou melhor, os elementos ausentes estão co-indexados, ligados na mesma cadeia interpretativa de um mesmo tópico - *China* -, mas esse tópico, nas frases seguintes, é nulo. Para esses casos, Huang (1984) acredita que há uma regra de co-indexação, na gramática do discurso de uma língua orientada para o discurso (no módulo da Forma Lógica), que co-indexa um nóculo de tópico vazio com um tópico precedente apropriado. Em línguas orientadas para a sintaxe, ou melhor, nas línguas “quentes”, como o inglês, ou nas “médias”, como o português, isso não ocorre, porque elas têm uma gramática do discurso menos substantiva, o que implica ausência de regra de interpretação da cadeia de tópico.

2. CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA EM ANÁLISE: O PORTUGUÊS

O português do início do século XIX, em solo brasileiro, apresentava, de modo geral, os traços característicos da vertente européia; dentre outros, a ocorrência do sujeito nulo. Ou seja, o português no Brasil desse período exibia propriedades inerentes ao Parâmetro do Sujeito Nulo; dentre elas, além do não preenchimento do sujeito pronominal em orações principais, havia ainda a possibilidade de inversão de sujeito e categoria vazia na posição de sujeito em orações subordinadas.

O sujeito nulo, de acordo com Rizzi (1986), é um elemento pronominal não realizado foneticamente – um *pro* –, mas que pode ser recuperado nas informações sintáticas da frase, como, por exemplo, na marcação da morfologia do verbo. Isso implica que *pro* deve ser formalmente licenciado e identificado, como vemos em (4):

4. *pro* estudamos à noite.

Nesse exemplo, o sujeito nulo não é foneticamente realizado por nenhuma categoria nominal, mas é licenciado e identificado no verbo através do morfema *-mos* de 1ª pessoa do plural. Esse licenciamento de não realização fonética do sujeito pronominal está restrito à 1ª e à 2ª pessoas do discurso, singular ou plural, e à 3ª pessoa do plural. Nas construções com a 3ª pessoa do singular, como indica Roberts (2007), a falta de referência para *pro* impõe restrições para a sua realização, mesmo em línguas de sujeito nulo. Desse modo, não existe a possibilidade de uma construção do tipo que encontramos em (5):

5. **pro* estudou.

a não ser que haja um contexto imediatamente prévio que possa fornecer as informações necessárias para a interpretação de *pro*, como em:

6. A: João estudou?

B: *pro* estudou.

Diferentemente do exemplo em (5), a construção em (6B) é licenciada não só pela flexão, mas também por dados imediatamente prévios do contexto. Tais exemplos poderiam indicar que o português é uma língua “média”, conforme classificação de Huang (1984), porque permite a realização de uma categoria vazia na posição de sujeito de oração finita. Porém Galves (2001) evidencia que o português europeu, nas frases com tempo, requer um sistema que não leve a ambigüidades entre determinação e indeterminação. Desse modo, uma frase como

7. *pro* pensa que os adolescentes gostam de celular.

só é permitida se houver uma interpretação determinada – um *pro* – imediatamente recuperável no contexto prévio. Não havendo essa recuperação prévia, a frase é considerada agramatical. Para evitar ambigüidades, o sistema lança mão do recurso da inserção do *se*, para obter uma interpretação indeterminada, como em:

8. *Pensa-se* que os adolescentes gostam de celular.

Na frase acima, a falta de referenciação ou de identificação para a categoria vazia do argumento externo do verbo *pensar* é compensada pelo pronome expresso – *se* –, que indica a indeterminação do argumento, diferentemente do que ocorre em (7), em que a não realização do argumento externo do verbo *pensar* indica que há uma co-indexação da categoria vazia nessa posição com um elemento expresso no contexto prévio. Se não houver essa interpretação, a frase será considerada agramatical.

De modo geral, de acordo com o que foi acima discutido, podemos dizer que o português do início do século XIX, apesar de permitir construções de sujeito nulo na 1ª e na 2ª pessoas (no singular ou plural) e na 3ª pessoa (plural), não permitia a realização livre de sujeitos nulos com a 3ª pessoa do singular, em função da impossibilidade de se identificar o seu conteúdo. O *pro*, nesse tipo de realização, seria menos referencial, conforme designação proposta por Cardinaletti e Starke (1999), o que resultaria numa construção agramatical para o parâmetro do português da época.

3. OS DADOS LINGÜÍSTICOS DAS ATAS: O TÓPICO NULO

Considerando as características do português da época, primeira metade do século XIX, podemos dizer que havia várias formas de realização dos argumentos verbais, dentre elas, o sujeito nulo, a apassivação pronominal, a inversão do sujeito, e, em relação ao objeto, ou a realização nominal seguida de retomada pronominal ou a cliticização. Tais formas foram encontradas na análise das atas produzidas pelos africanos, o que indica que eles tinham um relativo domínio das estratégias de realização dos argumentos de acordo com o português da época, como o revelam os dados abaixo nos elementos em destaque:

EM RELAÇÃO AO SUJEITO:

Realização do sujeito nulo:

9. es tando o Provedor emais mezarior Reunido em meza lemos otermo em midiato do que ficou adiado (JFO.5)
10. deu-se todos poderes ao Nosso Irmaõ Consultor Manoel da Conceicam para exercer de Thezoureiro té que em o dia daposse dezesseis do Corrente; e com estes poderes pode tudo pagar (LTG.1)

Apassivação pronominal:

11. mandou o Prezidente que selança-ce es te termo em que nos a signamos (GMB.2)
12. Feixosse achamada com tinuouse os trabalho (LTG.13)

Inversão de sujeito:

13. epor estar Com forme mandou o Provedor lavra este (JFO.2)
14. sentaraõ que de - Veraõ ser feita as suas mezas nos dias asima (MSR.9)

Realização nominal, seguida de retomada pronominal:

15. Fica em meopoder hum Coffre feixado com três/chaves Axando-se huã em mão do Juiz Manoel/Victo, outra na do Escrivaõ Luiz Teixeira Gomes/outra na do Procurador Geral Joze do Nascimento (LTG.3)

EM RELAÇÃO AO OBJETO:

Cliticização do objeto:

16. paçou-se es te termo para Constar os feito desta Re uniaõ eeu es Crivaõ Auctual ofis e Subri, es Crivi (JFO.4)
17. mandou oprovedor Lavra estes ter mo em que nos acinamos e eu o Escrevi (JFO.8)

Nas construções em (9)-(17), podemos observar as possibilidades de realização dos argumentos seguindo as normas do português da época em análise. Ao mesmo tempo, ao lado de realizações desse tipo, encontramos construções em que, por vezes, um dos argumentos do verbo não é realizado, como podemos ver a seguir:

Não realização do sujeito:

18. e para \emptyset constar mandou o Prezidente *que* selança-çe es te termo em *que* nos a signamos (GMB.2)⁶
19. epor \emptyset estar Com forme \emptyset mandou lavra este para Constar Herá Suprá Cons cistorio dos des Valido *etc.* (JFO.7)
20. epor \emptyset esta Comforme \emptyset mandou passar este pormim, em falta do Secretario (JFO.11)

Essas construções revelam distanciamento do português da época, uma vez que a recuperação do conteúdo dos argumentos que se encontram nulos está diretamente subordinada ao contexto. Considerando os dados em (18)-(20),

⁶ Charlotte Galves (c. p.) chama a atenção para o aspecto formulaico do exemplo em (18) e conseqüentemente para a sua freqüência em documentos como atas, o que não justificaria a sua inclusão na análise aqui realizada.

levantamos o seguinte questionamento: são exemplos de sujeito nulo ou de tópico nulo?

Lipski (1999), em análise de dados de crioulos de base românica, como o espanhol, o francês e o português, por exemplo, detectou realizações de sujeito nulo completamente diferentes de suas línguas de origem⁷. Nesses crioulos, existe um tipo de categoria vazia pronominal na posição de sujeito, mas que não se comporta sintaticamente como um sujeito nulo típico das línguas de sujeito nulo. Embora seja um *pro* referencial, diferencia-se por ser pragmaticamente ligado às informações do contexto discursivo. É o que podemos ver no crioulo das Filipinas de base espanhola, em (21); no crioulo mauriciano, de base francesa, em (22); no crioulo, de base portuguesa, em (23):

21. Ta pwede pa kome chicharon maskin kwanto bilug ya lang el dyente ⁸
[He] can still eat pork rinds no matter how many teeth [he has] left'
22. lôtà, 0 ti degrad karo kan ar pios⁹
'Long ago, [people] cleared canefields with a pickaxe'
23. Iou-sua avô-cong, quelóra [0] já tocá Pacapio, azinha-azinha [0] mudá vai Pénha ficá. [0]
Non-pôde achá casa bem-fêto, já virá nôs tudo ficá na vacaria.¹⁰
'My grandfather, when [he] came from Pacapio, then [he] moved to Penha. [We] couldn't find
a well-built house, so we returned to the parsonage.'

A análise de Lipski (1999), para os exemplos acima, revela que os sujeitos nulos são referenciais e, portanto, um *pro*, mas tipologicamente muito diferentes dos sujeitos nulos das línguas românicas, uma vez que são restritos à posição de oração matriz, e a identificação dos traços só pode ser detectada através da referência ao discurso precedente, e não a elementos contidos na sentença.

⁷ É preciso que se esclareça que o francês é uma língua de sujeito preenchido, mas, em raras situações (como em receitas, por exemplo), permite, assim como o inglês, o sujeito nulo. Todavia os crioulos daí derivados, como indica o autor, criaram construções de sujeito nulo que não se assemelham com os dados do francês.

⁸ Dados de Frake (1980, p. 301, *apud* LIPSKI, 1999).

⁹ Dados de Baker & Corne (1982, p. 89-90, *apud* LIPSKI, 1999)

¹⁰ *Introduction to the comedy "Qui-nova, Chencho"* (FERREIRA, 1973, p. 165, *apud* LIPSKI, 1999)

Para o autor, a diferença entre o uso do pronome nulo, nos exemplos acima, e o licenciamento de pronomes nulos, em línguas de sujeito nulo, é o tipo de julgamento de aceitabilidade oferecido pelo falante nativo. Em português e espanhol, os falantes aceitam qualquer uma dessas frases como contendo um sujeito nulo e, de fato, preferem os pronomes nulos à realização deles. Nos crioulos de base românica, as sentenças com pronomes sujeitos nulos não são aceitas isoladamente, visto que a falta de concordância nessas línguas torna a identificação do sujeito impossível em orações simples. Porém, quando os pronomes são omitidos em contexto bem definido, que permita a sua identificação, os falantes desses crioulos reconhecem a gramaticalidade das sentenças.

Ao compararmos os dados dos crioulos de base românica apresentados por Lipski (1999), em (21)-(23), e os encontrados no *corpus* sob análise, (18)-(20), percebemos uma clara semelhança entre eles, como se os dados fossem parte dessas realizações. Discordamos, contudo, da análise indicada pelo autor de que seriam casos de sujeito nulo referencial, um *pro*, nos termos de Rizzi (1986). Ao contrário, preferimos acreditar que a categoria vazia no lugar do sujeito seja um *pro* referencial, mas seguindo o que propõe Holmberg (2005) e Hyams (1992).

A discussão em torno do *pro*, como sujeito nulo referencial, recebe uma nova configuração a partir da análise apresentada por Holmberg (2005). Para esse autor, existem dois tipos de língua:

- i) as que possuem flexão rica, como o italiano e o espanhol;
- ii) as que não possuem nenhum tipo de concordância, mas se apóiam exclusivamente no contexto, recuperando aí os traços necessários para a interpretação do sujeito nulo, como o chinês e o japonês.

As do primeiro tipo obtêm todas as informações na sintaxe, não dependendo de informações do contexto, daí poderem licenciar o sujeito nulo; as do segundo tipo, mesmo sem flexão rica, podem liberar o sujeito nulo, porque as suas informações são do contexto, o que as torna independentes das informações sintáticas ou

morfológicas. Estas línguas, em função da dependência contextual, permitem a ocorrência do tópico nulo, como é possível ver no exemplo em (24), do mandarim

24. a. [e] me'í chi⁻ za'ofa`n.
no eat breakfast
'(I/You/He/etc.) have not had breakfast.' (HOLMBERG, 2005, p. 40)

em que há ocorrência de uma categoria vazia [e] na posição do sujeito e cuja referência não pode ser encontrada nos traços morfológicos do verbo, mas somente no contexto discursivo.

Holmberg (2005) argumenta que as línguas que têm sistema rico de concordância precisam de um sujeito especificado para assinalar os valores a AgrP¹¹, o que implica que a categoria nominal, mesmo ausente da frase, é recuperada nas informações do verbo que detêm as marcas necessárias para a identificação do sujeito. Ou melhor, o sujeito, na verdade, não estaria ausente da frase, mas codificado nas informações do verbo, como acontece nos exemplos em (4), (9) e (10). As línguas que não têm sistema rico de concordância apresentam efetivamente um sujeito nulo cujas informações não estão diretamente na sintaxe, mas são recuperadas nas informações do contexto, como pode ser visto no exemplo em (24). Desse modo, para o autor, *pro* só existe em línguas que não possuem um sistema rico de concordância.

Esse tipo de *pro*, ou de sujeito nulo, é considerado por Hyams (1992)¹², uma realização do tópico nulo, do tipo que ocorre em línguas como o chinês e o japonês. A vantagem dessa proposta, para Roberts (2007), é que ela consegue estabelecer uma relação entre a ocorrência de frases com sujeitos não realizados na linguagem infantil em línguas de sujeito nulo com os sistemas que apresentam empobrecimento de concordância. Ou melhor, as crianças de línguas de sujeito nulo ainda não detêm todo o sistema de concordância de sua língua e, ao realizarem frases sem sujeito, estão, na verdade, produzindo frases de tópico nulo, do mesmo modo como o fazem

¹¹ Categoria acima de VP, no diagrama proposto pela teoria gerativa, onde ocorrem as informações relacionadas à concordância

¹² *Apud* Roberts (2007)

os adultos de línguas de sujeito nulo, mas cujo sistema de concordância não é rico, como o chinês e o japonês.

A partir desse fato, teríamos, de acordo com Hyams (1992), evidências da existência do parâmetro do tópico nulo, o que explicaria o fato de tanto línguas de sistema flexional rico quanto línguas de sistema flexional pobre permitirem o sujeito nulo. Para ela e também para Holmberg (2005), a diferença entre essas línguas está no fato de que as primeiras, como o italiano e o português, requerem concordância verbal rica para recuperar o conteúdo do sujeito nulo, enquanto as segundas, como o chinês e o japonês, mesmo não tendo concordância, permitem argumentos nulos de vários tipos, devido à ocorrência do tópico nulo. É como se a ocorrência do tópico nulo pudesse garantir o preenchimento das informações e conseqüente interpretação dos argumentos nulos que não podem ser expressos pelo sistema flexional dessas línguas.

O que dizer, então, dos dados encontrados em (18)-(20)? Consideramo-los como uma ocorrência de tópico nulo, com um *pro* referencial, ligado aos dados do contexto discursivo. Não descartamos as informações presentes em (9)-(17), visto que são evidências de que os africanos detinham conhecimento formal da língua da época, expresso nas diversas formas de realização dos argumentos. As construções presentes em (18)-(20) poderiam ser, como evidenciam os dados de Lipski (1999), resquícios de uma provável criouliização, o que explicaria o fato de haver concorrência de gramáticas nos dados analisados: construções com sujeito nulo (típicas de línguas com morfologia forte) e construções com tópico nulo (típicas de línguas com morfologia fraca).

Fortalecendo essa proposta, encontramos mais dados no *corpus*, em que o argumento interno do verbo também não foi foneticamente realizado, como nas construções que seguem:

Não realização do objeto:

25. *epara que* Conste passou Ø *oprezidente* (MSR.2)

26. Aos quatro dias do mez de Agosto de 1833, pedio Ø o Juiz *Fundador* Meza, perante esta comparecerão os *Definidor* emais *mezários* reunido e propôs o Juiz que se devia Organizar hũa Loteria de mil Belhetes (LTG.11)¹³
27. e por Achamos todos Corformes pretamos Nossa Fremeza de o bresevar Ø e Faze Ø obrecervar Ø Nesta Valedoza Sidade da Bahia de todos o Santos Eu que Fis Ø e Cobrequever (MVS.3)

Nos dados acima, considerando-se a proposta de Huang (1984), há uma ocorrência de tópico nulo – o argumento foi topicalizado e, conseqüentemente, apagado. Para Hyams (1992), é a existência do tópico nulo que garante o apagamento do argumento, uma vez que a interpretação desse argumento vai estar diretamente ligada ao contexto discursivo. Qualquer que seja o caso, estamos diante de construções que exibem o tópico nulo.

Desse modo, tanto em (18)-(20), quanto em (25)-(27), defendemos a existência de tópico nulo, considerando que:

- a interpretação dos argumentos nulos está diretamente vinculada ao contexto discursivo, porque não há elementos internos ao texto que possam preencher a sua referência;
- o português da época não licenciava construções em que o sujeito nulo da 3ª pessoa do singular pudesse ter sua referência no contexto, como foi discutido na seção 6, a não ser que sua referência estivesse imediatamente no contexto prévio;
- o português da época não licenciava construções em que o objeto não fosse preenchido, como as que são observadas em (25)-(27);
- há uma possibilidade de ter havido um processo fraco de crioulização, como indica Lucchesi (2001), e esses dados em (18)-(20) e (25)-(27) seriam resquícios dessa provável crioulização, já a caminho de uma descrioulização, se considerarmos os dados de (9)-(17).

¹³ Ilza Ribeiro (c. p.) chama a atenção para o fato de que, no exemplo (26), o escrivão pode não ter colocado o complementizador que. Isso implica que o objeto direto do verbo pedir estaria presente [(que) *perante esta comparecerão os ...*]

4. EVIDÊNCIAS DO TÓPICO NULO NAS ATAS

Seguindo a proposta de Huang (1984), de Hyams (1992) e de Holmberg (2005), defendemos que as construções encontradas nas atas escritas por africanos apresentam evidências de ocorrência de tópico nulo, conforme explicado na seção anterior. Nesta seção, procuramos apresentar comprovações que evidenciem a ocorrência desse tipo de tópico, conforme exemplificação em (28) e (29):

28. Aos deis dia domes de Julho de 1842 estando prezente o Pro-/vedor emais Mezaros fesse a Reunião do Costume eficou adi-/ado, o andamento do Comprimissó Sendo discutido pello an- / ticipado de Capitulo a Capitulo, ejuntamente aopiniaõ / da aprezençaõ do Irmaõ Ex-cretario Marco Jozé do Ro- / zario, pello Capi tulo apontado pello no Seu memo Reque / rimento epor esta Comforme mandou passar este pormim, / em falta do Secretario (JFO.11)

As informações presentes no texto em (28) não dão indicações de quem *mandou passar este*. O argumento externo do verbo *mandou* não está presente na construção sintática, embora possa ser recuperado apenas através das informações contextuais, que, no caso da nossa análise, se referem à comparação com outras atas escritas. De modo geral, encontramos nessas atas as construções: *mandou o provedor passar*. Entendemos, então, que o argumento nulo do verbo *mandar*, no texto acima, não pode ser considerado um sujeito nulo nos termos propostos por Rizzi (1986), mas pode ser considerado um tópico nulo, de acordo com os argumentos de Huang (1984) ou de Hyams (1992). Ou seja, *o provedor* é o tópico nulo que liga o *pro* referencial de *mandou*, conforme análise proposta por Holmberg (2005).

O texto a seguir, em (29), traz uma exemplificação do tópico nulo relacionado à posição de objeto:

29. Aos Vinte trez dias do mes de Fevereiro de 1834 / Estand o prezidente os Juiz Fundador e Prezidente/ da Junta de liberou aJunta que to dos Irmãos / Princi piante aes ta Devocaõ tenhaõ o termo / de D[o]finidores aquelles que merecer Unanim / amente Popular epara que Conste passou o prezidente / Bahia Escreve Como Scretario de Junta., faco aprezenze / e de Claro que hé a meza de 1832 para 1833- (MSR.2)

No texto acima, encontramos três formas verbais sem argumentos expressos: *conste*, *passou* e *escreve*. Para o primeiro, não há referência do seu sujeito¹⁴ e, para os dois outros, não há referência interna para o que seja o objeto. Em todos os casos, entretanto, é possível a recuperação do conteúdo desses argumentos nulos através das informações contextuais, que, no caso da nossa análise, se referem à comparação com as outras atas. A partir daí, podemos entender que o que *consta* é o que foi discutido na reunião, o presidente *passou* o termo ou as informações constantes na ata e o secretário *escreve* o termo ou a própria ata. Todas essas informações, como se pode observar acima, não estão presentes no texto, mas são inferidas a partir dos dados do contexto.

Considerando os dados apresentados até então, defendemos a ocorrência do tópico nulo, retomando argumentos tanto na posição de sujeito quanto na de objeto, conforme o demonstram os exemplos acima. A existência dessas construções pode indicar duas possibilidades não excludentes:

- a) resquícios de uma provável criouliização da língua, uma vez que a língua de origem desses africanos era completamente diferente do português, o que demandou um esforço de aprendizagem, mas de modo irregular, considerando a sua posição social, o que pode ter levado ao desenvolvimento de um crioulo. Tal criouliização, entretanto, já estaria em vias de descriouliização, como o atestam as construções em (9)-(17);
- b) interferência das línguas de origem dos africanos em suas construções do português. Essa interferência, entretanto, ocorre de modo sutil, ou fraco, uma vez que é possível encontrar outras estratégias de realização dos argumentos do verbo, segundo o padrão do português da época, conforme exemplos em (9)-(17).

¹⁴ Ou do seu argumento interno, uma vez que o verbo é inacusativo.

5. OUTROS FATOS REVELADOS NA ANÁLISE DOS DADOS

A análise das atas escritas pelos africanos, apesar de as considerarmos documentos formais, que seguem uma estrutura, evidencia alguns fatos interessantes em relação às construções de tópico, como, por exemplo: i) a realização de tópico na sintaxe visível; ii) a simetria entre os argumentos nulos e iii) a estruturação do documento, conforme modelos “oficiais” da época. É o que discutiremos a seguir.

5.1 A REALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO NA SINTAXE VISÍVEL

Além das construções de tópico nulo, foram encontradas também construções com tópico realizado na sintaxe visível, como podemos ver nos exemplos em (30)-(31):

30. e com estes poderes pode tudo pagar, e cobrar: pois por elle ficamos responsável (LTG.1)
31. ea Comicaõ Nomeada epor ter preenchido, estes deveres, ficou marcadó apossé pará para treze de Dezembro deste mesmo annó (JFO.10)

Tais construções, entretanto, não foram realizadas em grande quantidade, havendo apenas os exemplos acima citados. A sua pouca ocorrência pode ser justificada se considerarmos que o apoio ao contexto com a realização de tópico nulo pode ter inibido a realização de tópicos visíveis.

5.2 A ASSIMETRIA ENTRE OS ARGUMENTOS NULOS

Um fato que chama a atenção na análise é a assimetria entre as construções de argumento nulo envolvendo o sujeito e o objeto, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Comparação entre a realização dos argumentos nulos na posição de sujeito e de objeto

Autores	Quantidade de documentos escritos	Sujeito	Objeto
José Fernandes do Ó (JFO)	13	16	2
Manuel do Sacramento e Conceição Rosa (MSR)	15	10	5
Manuel Vítor Serra (MVS)	08	8	14
Luís Teixeira Gomes (LTG)	15	3	21
Gregório Manuel Bahia (GMB)	02	1	0
Manuel da Conceição (MC)	02	0	3
Total	55	38	45

Os dados, por autor, constantes da Tabela acima, evidenciam que, à proporção que cresce o número de argumentos nulos na posição de sujeito, decresce o número de argumentos nulos na posição de objeto, ou vice-versa. Tal fato pode ser uma indicação de que os autores, de modo diferenciado, como se pode ver na comparação entre MSR e LTG, que escreveram a mesma quantidade de documentos (15), concebem o equilíbrio no não preenchimento das posições sintáticas. Ou seja, tem-se a impressão de que existe a noção, por parte dos escritores, de que pelo menos um argumento deve ter referência e ser identificado dentro do texto, deixando o outro argumento com referência direta no contexto.

5.3 A ESTRUTURAÇÃO DO DOCUMENTO

Os documentos seguem a estruturação de atas escritas no período, como podemos ver no exemplo abaixo, uma ata escrita no mesmo período na câmara de vereadores da cidade de Salvador (BA):

32. CHEGADA DO GOVERNO PROVISORIO VINDO DE VILLA DA CACHOEIRA - TERMO DE VERIAÇÃO EXTRAORDINARIA

Aos tres dias do mez de Julho de mil novecentos e vinte e tres annos nesta cidade da Bahia e casas da Camara onde foi vindo o Doutor Juiz de Fôra do Crime interino Presidente e mais Vereadores, Procurador do Conselho ahi em vereação extraordinaria a que se procedeu positivamente para o fim de se tratar da Sagrada causa da Independencia da Aclamação do Imperador Constitucional do Brasil Seu Perpetuo Defençor na pessoa do Magnanimo Principe, Sucessor da Corôa, o Senhor Dom Pedro de Alcantara, foi accordado que visto haverem as Tropas Européias de Portugal, evacuado esta cidade no dia de ontem em que tão

bem entrarão alguãs das do Exercito Passificador da Provincia se afixasem Editaes convidando a todos os Cidadõens, Clero, Nobreza, e Povo a concorrerem em hum dia certo nestes Paços do Senado para com o seu voto se lavrar a respectiva acta sobre a referida Independencia, e Aclamação, asinado para este fim o dia dezeseis do corrente mês por ser o da Celebração da Santo Causa digo deliberação do Triunfo da Santa Causa o que assim se executou fazendo se afixar Editaes. E mandou a vereação mencionada que a entrada de parte da Tropa do Exercito Pacificador, e bem assim do seu commandante em Chefe o Excelentissimo Coronel José Joaquim de Lima e Silva fora a hua hora da tarde do dia de ontem dois do corrente do que para constar fis este termo em que asinarão, declarando mais que a entrada da Tropa do mesmo Exercito Pacificador fora feita debaixo de muita ordem e disposição da parte da mesma Tropa igualmente feito dos habitantes da Cidade que davão os mais desisivos sinaes do seu regosijo guardando a maior moderação, e tal qual compete a hum povo Civilisado eu Antonio Lopes de Miranda Tabelião que no empedimento do Escrivão da Camara asino.

Podem-se detectar parcialmente, no texto acima, as mesmas construções encontradas nas atas dos africanos, com diferenças justamente na realização do tópico nulo. Enquanto a ata escrita por brasileiros pertencentes à camada do poder e com consequente domínio efetivo da língua portuguesa apresenta argumentos nulos recuperados no próprio texto, a ata escrita por africanos apresenta argumentos nulos recuperados no contexto, como é o caso da construção *por estar conforme*, típica das atas escritas por africanos.

A apresentação de um documento similar às atas escritas pelos africanos tem por objetivo comparar as construções com argumento nulo, para demonstrar que, no português da época, eram comuns construções com sujeito nulo, mas não com tópico nulo, como foi encontrado no texto dos africanos. A semelhança entre os textos é perceptível nos procedimentos formais do tipo do texto, mas não se encontram no texto acima, em (32), dados que evidenciem construções de tópico nulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das atas revelou a existência de construções com argumento nulo, com interpretação subordinada ao contexto discursivo, evidenciando um *pro* referencial a um tópico nulo, conforme proposta de Hyams (1992) e Holmberg (2005).

Essas construções apresentam resquícios (ou indícios) de provável crioulização (seguindo os exemplos de LIPSKI (1999)), uma vez que, ao lado dessas construções não licenciadas pelo parâmetro do português da época, foram realizadas outras construções respeitando esse parâmetro. Estudos futuros poderão demonstrar se houve ou não interferência da(s) língua(s) de substrato nessas construções de tópico nulo.

REFERÊNCIAS

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. (1999). The typology of structural deficiency. A case study of the three classes of pronouns. In: van RIEMSDIJK, H. (Ed.). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter. p.145-233.

DIJK, Teun A van.; KINTSCH, Walter. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. San Diego: Academic Press.

GALVES, Charlotte M. C. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP.

HOLMBERG, Anders. (2005). Is there a little *pro*? Evidence from Finnish. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, n. 36, p. 533-564.

HUANG, C. T. James. (1984). On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, v. 15, p. 531-574.

LAMBRECHT, Knud. (1996). Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents. *Cambridge studies in linguistics*, Cambridge, n. 71.

LIPSKI, John M (1999). Null subjects in Romance-derived creoles: routes of evolution. *Society for pidgin and creole linguistics annual meeting*, Los Angeles, January.

LUCCHESI, Dante. (2001). A questão da formação do português popular do Brasil: um estudo de caso. *A cor das letras*, Feira de Santana, p. 73-100.

OLIVEIRA, Klebson. (2006). *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIZZI, Luigi. (1986). On the status of subject clitics in Romance. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALAN, C. (Orgs.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris. p. 391-419.

ROBERTS, Ian. (2007). *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press.